

Cláudia Sofia Monsanto dos Santos*

Multiculturalismo e o entendimento entre culturas**

Resumo

O principal propósito deste artigo é pensar como pode ser promovido o entendimento entre culturas diversas que coexistem no mesmo espaço e tempo. Assim, pretendo reflectir sobre a Política do Reconhecimento de Charles Taylor¹ e a Política da Identidade de Will Kymlicka².

Palavras-chave: *formas de mal-estar, pertença cultural, reconhecimento, ideal de autenticidade, herança cultural, identidade e circunstâncias desiguais.*

Abstract

The main purpose of this article is to think how the understanding between diverse cultures that coexist in the same space and time can be promoted. Thus, I intend to reflect on Charles Taylor's Recognition Policy and Will Kymlicka's Identity Policy.

Keywords: *forms of malaise, cultural belonging, recognition, ideal of authenticity, cultural heritage, identity and unequal circumstances.*

* Mestranda do 2º Ciclo – Mestrado de Filosofia Contemporânea, realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto no ano lectivo de 2017/2019. Estudante nº 201710631

** Este artigo foi redigido segundo as normas de *A Filosofia* da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no âmbito da UC de Ética e Filosofia Política do segundo semestre do curso anteriormente mencionado.

¹ Charles Taylor é um filósofo contemporâneo canadiano conhecido por investigações sobre a filosofia política, ciências sociais, história da filosofia e filosofia da religião.

² Will Kymlicka é um filósofo político canadiano conhecido por investigações sobre multiculturalismo e ética animal.

Introdução

As questões da multiculturalidade³ e das relações interculturais⁴ são as principais preocupações da maioria dos Estados e sociedades contemporâneas. O pluralismo⁵ cultural coloca novos desafios à sociedade e às políticas do século XXI, principalmente no sector educacional, comunicacional, da saúde e da gestão da diversidade⁶.

Este artigo visa reflectir sobre o multiculturalismo, conceito que surgiu na Austrália e pouco depois no Canadá como referência às pessoas do fenómeno da globalização. Com a crescente diversidade cultural, o multiculturalismo passou a ser definido como um conjunto de políticas para lidar com essa diversidade. Esta tem desvendado a incapacidade contemporânea de lidar com a diferença – diferença de identidades, de culturas, de hábitos, de rituais – devido à dificuldade em reconhecer, aceitar e valorizar o Outro pela sua singularidade, pela sua diferença. Reconhecer, aceitar e valorizar a diferença exige respeito pela singularidade de cada um, para além da visão do mundo de cada um, resultado do grupo e cultura ao qual pertence. Por outras palavras, o reconhecimento da diferença exige o respeito pelo plano de vida de ou com o qual se identifica.

Desta feita, o principal objectivo deste artigo é pensar como pode ser promovido o entendimento entre culturas diversas que coexistem no mesmo espaço e tempo, procurando perceber se o multiculturalismo é uma oportunidade de evolução da sociedade contemporânea. Por outras palavras, procuro, neste artigo, perceber o que dificulta o entendimento entre as diversas culturas que compõem a sociedade contemporânea e que medidas podem ser implementadas para lidar com os conflitos inerentes às relações interculturais, recorrendo a Charles Taylor e Will Kymlicka.

³ A multiculturalidade é o fenómeno social em que «*diferentes grupos populacionais desenvolvem as suas actividades e relações, exprimem os seus traços culturais e modos de vida e reinventam as suas identidades*» – RAMOS, Natália “*Diversidade Cultural, educação e comunicação intercultural – políticas e estratégias de promoção do diálogo intercultural*” in Revista Educação em Questão, v. 34, n. 20, Natal 2009, pp. 14

⁴ A «*interculturalidade é o conjunto dos processos psíquicos, relacionais, grupais, institucionais (...) originados pelas interacções das culturas, numa relação de trocas recíprocas e numa perspectiva de salvaguarda de uma relativa identidade cultural dos parceiros em relação*» – RAMOS, Natália “*Diversidade Cultural, educação e comunicação*”, op. cit., pp. 18

⁵ O pluralismo, na filosofia, é uma posição metafísica que considera que a totalidade do mundo é composta por realidades independentes e interrelacionadas. Esta posição é contrária ao monismo que sustenta que a realidade é uma só. O pluralismo cultural aponta um sistema que aceita, reconhece e tolera a existência de diferentes culturas, para além de implicar a participação de diferentes grupos culturais na vida democrática, valorizando e promovendo a diferença de ideologias.

⁶ RAMOS, Natália “*Educar para a interculturalidade e cidadania: princípios e desafios*” in ALCOFORADO, Luís *Educação e Formação de Adultos – Políticas, Práticas e Investigação*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra 2011, pp. 189

O que é que dificulta o entendimento entre culturas diferentes que coexistem no mesmo espaço e tempo?

O mundo contemporâneo vive mergulhado em constantes conflitos sociais e transnacionais provocados, em grande parte, pelo processo de globalização. O acréscimo sem precedentes de contactos entre culturas e a coabitação entre diferentes modos de vida constituíram importantes factores de mudança no contexto nacional e internacional, individual e grupal. A multiculturalidade crescente, e por vezes descontrolada, confronta Estados, cidades e sociedades com uma grande heterogeneidade linguística, cultural e comportamental dos seus cidadãos, assim como com atitudes e comportamentos nacionalistas, racistas e xenófobos.

Esta diversidade, que tendencialmente coexiste em conflito, consiste no passado, presente e futuro da Humanidade. Por esse motivo, surgem questões sobre que tipo de estratégias e medidas devem ser adoptadas para lidar com os vários conflitos sociais e transnacionais da contemporaneidade. A verdade é que pretendo começar por identificar o que é que, no entender de Will Kymlicka e Charles Taylor provoca esta dificuldade de entendimento. Estes filósofos apontam caminhos para o entendimento entre culturas dentro de uma sociedade multicultural, se bem que apresentem definições algo diferentes de multiculturalismo e razões diversas para a dificuldade de entendimento entre as diversas culturas da sociedade contemporânea.

Will Kymlicka definiu o multiculturalismo como um movimento de contestação de uma ideia de hierarquia e supremacia racial e étnica, exigindo direitos para grupos minoritários. O multiculturalismo está relacionado com o papel da etnicidade na vida pública. Antes de surgir o conceito de multiculturalismo e o que lhe subjaz, etnicidade era um não conceito, uma vez que o processo de assimilação levava a que cada etnia escondesse a sua própria cultura da maioria.

Actualmente, estamos comprometidos com a ideia de igualdade racial e étnica, se bem que temos ainda que lidar com estruturas ideológicas de hierarquia e supremacia racial e étnica que herdamos, pois vivemos num mundo que tem vindo a ser definido por ideias de hierarquia racial e étnica, há mais de duzentos anos. Estas ideias defendem que certas pessoas são menos capazes de se auto-governar, de participar numa gestão / governação partilhada. Todas estas relações entre grupos dominantes e dominados, seja racial, religioso, pessoas com deficiências, homens e mulheres, foram historicamente governados e estruturados através da coerção e do paternalismo. Só assim se consegue

explicar o colonialismo, a colonização da América, as políticas "racistas" (baseadas na raça) de admissão em determinados países, as políticas de elegibilidade para cidadania, entre outras.

E todos os movimentos que surgiram desde os anos 60 para exigir os direitos de grupos minoritários são movimentos que surgem para contestar esta ideologia de hierarquia e supremacia racial e étnica, que Kymlicka vê como a principal causa para o desentendimento dentro da sociedade multicultural, e procuram substituí-la por novos tipos de relações sociais e políticas baseadas na igualdade, na participação e na cooperação. O multiculturalismo é apenas um desses movimentos. A verdade é que já ocorreram muitas transformações dessa estrutura hierárquica, se bem que ainda muito caminho falta a percorrer⁷.

No entender de Charles Taylor, o multiculturalismo pode ser entendido apenas como uma convivência de diferentes culturas dentro de uma mesma sociedade ou Estado, se bem que seja difícil o entendimento perfeito entre elas. O filósofo apoia a diversidade cultural, no entanto a sociedade contemporânea apresenta três formas de mal-estar, que dificultam o entendimento entre os indivíduos e as culturas. Começa por dizer que «*The worries I will be talking about are very familiar. No one needs to be reminded of them; they are discussed, bemoaned, challenged, and argued against all the time in all sorts of media. That sounds like a reason not to talk about them further. But I believe that this great familiarity hides bewilderment, that we don't really understand these changes that worry us, that the usual run of debate about them in fact misrepresents them – and thus makes us misconceive what we can do about them. The changes defining modernity are both well-known and very perplexing, and that is why it's worth talking still more about them*»⁸.

A primeira forma de mal-estar é o individualismo⁹, ou seja, cada indivíduo elege para si as regras da sua vida, perdendo o sentimento de ser parte de algo mais, o sentido de

⁷ KYMLICKA, Will *Multiculturalism's Moral Impulse*, Carnegie Council for Ethics in International Affairs, 2014 <https://www.youtube.com/watch?v=2W689QD849Y>

⁸ TAYLOR, Charles. *The Ethics of Authenticity*, Harvard University Press, Cambridge 1992, pp. 2 («*As preocupações de que falarei são muito familiares. Ninguém precisa ser lembrado delas; são discutidas, lamentadas, desafiadas e argumentadas em todos os momentos em todos os tipos de media. Isso parece uma razão para não falar mais sobre elas. Mas eu acredito que essa grande familiaridade esconde perplexidade, que nós realmente não entendemos essas mudanças que nos preocupam, que a habitual discussão sobre elas na verdade as deturpa - e assim nos faz entender mal o que podemos fazer sobre estas. As mudanças que definem a modernidade são bem conhecidas e muito desconcertantes, e é por isso que vale a pena falar ainda mais sobre elas.*»)

⁹ TAYLOR, Charles. *The Ethics*, op. cit., pp. 2

sociedade que tinha anteriormente. A segunda forma de mal-estar assenta na razão instrumental¹⁰, em virtude de o indivíduo passar a ver a sociedade como um meio para atingir proveitos próprios. E a terceira forma consiste no despotismo brando¹¹, que fragiliza a base da sociedade democrática – a liberdade – pelo simples facto de o indivíduo permitir que outros decidam por si a um nível político, ao virar-se para si e para os seus próprios interesses.

Desta feita, torna-se difícil estabelecer um patamar de direitos iguais para minorias, que reclamam para si o mesmo nível de reconhecimento da sua própria liberdade de expressão cultural, relativamente a uma cultura maioritária onde se inserem. No entanto, a necessidade de desconstruir a estrutura ideológica referida por Kymlicka intensifica o choque de culturas, de línguas, de crenças e de costumes, que ocupam um espaço comum, e levam indivíduos, sociedades, cidades e países a questionar tudo o que tinham como referência na sua forma de viver.

Em suma, e conforme Kymlicka referiu, a sociedade actual está a sofrer mudanças profundas ao nível da sua estrutura ideológica, é constituída por indivíduos que não se reconhecem o direito de pertencer a uma cultura diferenciada e nem mesmo aceitam que essa diferença possa ser benéfica para a construção de uma sociedade assente no bem-comum. Para além disso, estes indivíduos vivem hoje um individualismo exacerbado – no entender de Taylor – que os afasta de qualquer decisão ao nível político que possa ser benéfica para o bem-comum, visto estarem focados nos próprios interesses. Por outras palavras, o que dificulta o entendimento entre as culturas que coexistem num mesmo espaço e tempo é o individualismo exacerbado dos indivíduos que a constituem alimentado por uma ideologia obsoleta de hierarquias e supremacia racial e étnica, que instiga a rejeição da diversidade/diferença.

¹⁰ TAYLOR, Charles. *The Ethics*, op. cit., pp. 4

¹¹ TAYLOR, Charles. *The Ethics*, op. cit., pp. 8

O que pode a sociedade contemporânea fazer para lidar com a diversidade cultural e respectivos conflitos?

Taylor aponta a necessidade de reconhecimento como o caminho para o entendimento entre as diversas culturas que compõem a sociedade contemporânea. «*A exigência de reconhecimento (...) adquire uma certa premência devido à suposta relação entre reconhecimento e identidade*¹²», uma vez que Taylor defende que o reconhecimento valoriza a diversidade, pois influencia a formação de uma identidade autêntica e desta forma permite ao indivíduo ser fiel a si mesmo.

*«A tese consiste no facto de a nossa identidade ser formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento incorrecto dos outros, podendo uma pessoa ou grupo de pessoas serem realmente prejudicadas, serem alvo de uma verdadeira distorção, se aqueles que os rodeiam reflectirem uma imagem limitativa, de inferioridade ou de desprezo por eles mesmos. O não reconhecimento ou o reconhecimento incorrecto podem afectar negativamente, podem ser uma forma de agressão, reduzindo a pessoa a uma maneira de ser falsa, distorcida, que a restringe*¹³.»

Esta busca de uma identidade individual e do reconhecimento foi estimulada por duas mudanças sociais que ocorreram ao longo dos tempos. «*A primeira é o desaparecimento das hierarquias sociais, que constituíam o fundamento da noção de honra*¹⁴». Esta foi substituída pela noção moderna de dignidade. A dignidade dos seres humanos¹⁵ ou a dignidade de cidadão¹⁶ «*baseia-se na premissa de que é comum a todas as pessoas*¹⁷». Este conceito de dignidade é aquele que mais se compatibiliza com a sociedade democrática, sendo por isso inevitável que substituísse o conceito de *honra*.

Foi a democracia que acabou por introduzir a política de reconhecimento, se bem que esta sofreu alterações à medida que a compreensão da identidade individual evoluiu. As diferenças entre seres humanos assumem uma «*enorme força moral*¹⁸», pois a «*própria natureza interior*¹⁹» corre o risco de se perder caso assuma «*uma atitude instrumental*

¹² TAYLOR, Charles *Multiculturalismo*, Instituto Piaget, Lisboa 1994, pp. 45

¹³ TAYLOR, Charles *Multiculturalismo*, op. cit., pp. 45

¹⁴ TAYLOR, Charles *Multiculturalismo*, op. cit., pp. 47

¹⁵ TAYLOR, Charles *Multiculturalismo*, op. cit., pp. 47

¹⁶ TAYLOR, Charles *Multiculturalismo*, op. cit., pp. 47

¹⁷ TAYLOR, Charles *Multiculturalismo*, op. cit., pp. 47

¹⁸ TAYLOR, Charles *Multiculturalismo*, op. cit., pp. 50

¹⁹ TAYLOR, Charles *Multiculturalismo*, op. cit., pp. 50

*em relação a si mesma*²⁰». Passa-se, assim, a falar «*de uma identidade individualizada, ou seja, aquela que é especificamente minha, aquela que eu descobro em mim. Esta noção surge juntamente com um ideal: o de ser verdadeiro para comigo mesmo e para com a minha maneira própria de ser*²¹».

Esta ideia de Taylor ganha força no pensamento de Kymlicka, pois este entende que todo e qualquer indivíduo merece tratamento igual, independentemente da sua concepção de vida boa, uma vez que defende que «*cultural membership gives rise to legitimate claims, and that some schemes of minority rights respond to these claims in a way that not only is consistent with the principles of liberal equality, but is indeed required by them*²²», acusando, desta forma, os liberais de interpretarem mal os princípios do liberalismo, uma vez que reconhece na pertença cultural um estatuto mais importante. Mesmo assim, o autor deixa claro que não é sua intenção negar o liberalismo. O que pretende é demonstrar que «*the same arguments that Rawls and Dworkin give for equal rights and resources within a nation-state can be used to defend special status for minority cultures in a culturally plural state*²³».

Kymlicka argumenta que é a nossa herança cultural que determina aquilo que Rawls entendia por liberdade, ou seja, a condição fundamental do respeito do indivíduo por si próprio e a possibilidade de formar e rever as próprias crenças acerca dos valores e das opções em relação a uma boa vida. Por outras palavras, o autor defende que «*The decision about how to lead our lives must ultimately be ours alone, but this decision is always a matter of selecting what we believe to be most valuable from de various options available, selecting from a context of choice which provides us with different ways of life. This is important because the range of options is determined by our cultural heritage*²⁴».

²⁰ TAYLOR, Charles *Multiculturalismo*, op. cit., pp. 50

²¹ TAYLOR, Charles *Multiculturalismo*, op. cit., pp. 48

²² KYMLICKA, Will *Liberalism, community and culture*, Oxford University Press, New York 1991, pp. 4 («*a pertença cultural origina exigências legítimas e que alguns dos projectos dos direitos das minorias respondem de forma não só consistente com os princípios da igualdade liberal como, de facto, imposta por esses mesmos princípios*»)

²³ KYMLICKA, Will *Liberalism*, op. cit., pp. 162 («*os mesmos argumentos utilizados por Rawls e por Dworkin para defender a igualdade de direitos e recursos dentro do Estado-nação podem ser utilizados para defender um estatuto especial para as minorias culturais, dentro de um Estado culturalmente plural*»)

²⁴ KYMLICKA, Will *Liberalism*, op. cit., pp. 164-165 («*A decisão sobre como liderar nossas vidas deve ser exclusivamente nossa, mas essa decisão é sempre uma questão de seleccionar o que acreditamos ser mais valioso de várias opções disponíveis, seleccionando de um contexto de escolha que nos fornece diferentes formas de vida. Isto é importante porque o leque de opções é determinado pela nossa herança cultural*»)

Pese embora Kymlicka não apoie a inalterabilidade das culturas, defende que a pertença cultural é um bem social primário. Entende que as culturas estão em constante mudança, no entanto estas têm a sua sobrevivência assegurada sempre que continue a funcionar como contexto de escolha, principalmente por acreditar que a cultura é um elemento constitutivo da identidade pessoal dos membros de uma sociedade. Desta feita, este autor argumenta que «*Someone's upbringing isn't something that can just be erased; it is, and will remain, a constitutive part of who that person is. Cultural membership affects our very sense of personal identity and capacity*²⁵».

Parece fundamental relacionar esta ideia de Kymlicka com o que Taylor chamou de «*ideal de autenticidade*²⁶», uma vez que entende que «*Existe uma determinada maneira de ser humano que é a minha maneira. Sou obrigado a viver a minha vida de acordo com essa maneira, e não imitando a vida de outra pessoa. Se não o fizer, deixo de compreender o significado da minha vida: ser humano deixa ter significado para mim*²⁷». Por outras palavras, Taylor reforça a ideia de Kymlicka sobre a educação de um indivíduo não poder ser apagado, já que Charles Taylor defende que a construção de uma identidade é dialógica, pois necessitamos da relação com os outros para definirmos quem somos.

Posto isto, qualquer indivíduo ou pessoa tem direito a ver a sua identidade individual reconhecida num país ou Estado que o acolhe. E esta identidade individual apenas se constrói na interacção com os demais indivíduos, ou seja, numa identidade colectiva. Um Estado que respeita as identidades individuais e colectivas das diversas culturas, que integram a sua nação, assenta numa democracia liberal, podendo assim apresentar-se como uma solução viável aos conflitos existentes numa sociedade multicultural. Convém aqui deixar claro que, no entender de Kymlicka, uma cultura torna-se dominante porque o Estado apoia determinadas culturas. Aliás, nas sociedades democráticas, o critério maioritário de tomada de decisão prejudica sempre aqueles que estão em minoria, visto que estes podem perder eleições nas quais estão em jogo questões fundamentais para a sobrevivência das suas culturas. Por este motivo, Kymlicka entende que estas injustiças devem ser rectificadas, uma vez que quebram

²⁵ KYMLICKA, Will *Liberalism*, op. cit., pp. 175 («*a educação de uma pessoa não é meramente algo que possa ser apagado; é, e vai continuar a ser, uma parte constitutiva de quem essa pessoa é. A pertença cultural afecta o nosso próprio sentido de identidade e capacidade pessoal*»)

²⁶ TAYLOR, Charles *Multiculturalismo*, op. cit., pp. 48 – Taylor recorre assim à linguagem usada por Lionel Trilling para definir este ser verdadeiro consigo mesmo.

²⁷ TAYLOR, Charles *Multiculturalismo*, op. cit., pp. 50

termos morais, pois resultam de circunstâncias sociais e não das escolhas dos indivíduos.

Talvez por esse mesmo motivo, Taylor sugira que as políticas liberais de um estado têm que ser auto-reguladas no sentido de evitar duas situações: (1) que os limites de expressão de uma cultura, seja ela majoritária ou minoritária, sejam ultrapassados a tal ponto de aprisionar a expressão das culturas e identidades colectivas paralelas; (2) que a sobrevivência da sua cultura originária e historicamente construída seja posta em causa; ou seja, o Estado tem que proteger elementos como a língua, direitos do código civil e educacional de todas as formas de inculturação exterior; e, para esse efeito, pode usar a própria Constituição.

Charles Taylor faz corresponder a cada uma destas situações, o Liberalismo tipo 1 e o tipo 2. No primeiro caso existe um Estado que apenas zela pelo direito das liberdades individuais e do bem-estar e segurança dos indivíduos. E no segundo caso o Estado compromete-se a assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos, já mencionados, mas também intervém em nome da sobrevivência cultural da sua nação. Paradoxalmente, parece ser este último tipo de liberalismo que permite ao cidadão dar prioridade às suas liberdades individuais e fazer resultar melhor a convivência entre culturas.

A ideia que fica do pensamento de Taylor é que a vida na sociedade contemporânea, de certa forma questionada pelo multiculturalismo crescente, exige uma cultura da autenticidade. Esta assenta no individualismo auto-regulado, uma vez que neste tipo de cultura não existem regras. O objectivo é a auto-realização e o ideal moral é o de ser fiel a si mesmo, pois entende que o facto de vivermos em sociedade não deve ser impedimento para termos a nossa própria identidade e viver de forma autêntica. A vida em sociedade não deve invalidar a nossa subjectividade.

Taylor recorda Allan Bloom para fundamentar esta ideia ao dizer que *«one ought not to challenge another's values. That is their concern, their life choice, and it ought to be respected. The relativism was partly grounded in a principle of mutual respect. In other words, the relativism was itself an offshoot of a form of individualism, whose principle is something like this: everyone has a right to develop their own form of life, grounded on their own sense of what is really important or of value. People are called upon to be true to themselves and to seek their own self-fulfilment. What this consists of, each must,*

*in the last instance, determine for him- or herself. No one else can or should try to dictate its content*²⁸».

No entanto, autenticidade não é subjectividade. Todos estamos em busca de reconhecimento, na sociedade actual, e não podemos ser reconhecidos por nós mesmos, por isso necessitamos dos outros para que o nosso valor seja reconhecido. Reconhecimento é exactamente isso – o valor que damos à identidade de um indivíduo, se bem que este valor não é um ideal interior, uma vez que buscamos o reconhecimento porque é a confirmação de um valor que nem todos têm.

Taylor responde assim à ideia errada que foi tirada da sua ética da autenticidade, quando alguns autores viram a autenticidade e a auto-realização como uma demonstração de egoísmo e narcisismo. É fácil resvalar para um entendimento destes, uma vez que a ideia passa por buscar a realização própria, mediante o que é mais autêntico no Eu, sem ter em conta o Outro ou a sociedade. Para Taylor esta ideia não tem sentido, uma vez que o reconhecimento só pode ser construído em sociedade. Ou seja, o Eu não pode reconhecer-se a si mesmo; apenas pode ser reconhecido pelo Outro.

Assim, o que Taylor defende é que todos nós devemos partir da autenticidade, com o intuito de nos realizarmos, se bem que essa autenticidade só terá valor se for reconhecida pelo Outro. E de que forma podem as minorias ter o seu valor reconhecido se partem de uma situação desvantajosa e injusta que põe em causa questões fundamentais para a sobrevivência da sua cultura?

Kymlicka defende que o Estado deve assegurar direitos especiais para estas minorias, de forma a equilibrar as várias culturas que coexistem no mesmo espaço. Considera ainda que a exigência desses direitos especiais deve ser analisada para perceber se se baseia em escolhas diferenciais ou em circunstâncias desiguais. Kymlicka entende que no primeiro caso, as minorias devem pagar por essa escolha; por exemplo, quando uma minoria cultural tem um determinado direito especial, por ter tomado uma decisão que a levou até ali, deve ser responsabilizada pelos custos que essa decisão tem para os restantes membros da sociedade. Todavia, no segundo caso, entende que a minoria não

²⁸ TAYLOR, Charles. *The Ethics*, op. cit., pp. 17 («ninguém deve desafiar os valores de outra pessoa. A essa pessoa diz respeito, é a sua escolha de vida e deve ser respeitada. O relativismo foi parcialmente fundamentado num princípio de respeito mútuo. Por outras palavras, o relativismo foi em si um desdobramento de uma forma de individualismo, cujo princípio é algo assim: todo mundo tem o direito de desenvolver a sua própria forma de vida, baseada no seu próprio sentido do que é realmente importante ou de valor. As pessoas são chamadas a serem verdadeiras consigo mesmas e a buscar a sua própria auto-realização. Em que consiste isto, cada um deve, em última instância, determinar por si mesmo. Ninguém mais pode ou deve tentar ditar o seu conteúdo»)

deve ser penalizada por uma circunstância desigual, ou seja, se essa desigualdade ameaça a sobrevivência cultural da minoria, não faz sentido que os seus elementos tenham de gastar os respectivos recursos para garantir a pertença cultural que dá sentido às suas vidas e que para os outros membros da sociedade é gratuita. Esta política da identidade de Kymlicka não consiste em privilegiar as escolhas das minorias e sim corrigir desvantagens com que se deparam de início.

Kymlicka defende, assim, que *«If we accept either or both of these points, then we can see minority rights not as unfair privileges or invidious forms of discrimination, but as compensation for unfair disadvantages, and so as consistent with, and even required by, justice²⁹»*. Contudo, o autor aponta o modelo de construção da nação como o caminho para a promoção de mais do que uma cultura societal dentro do mesmo Estado, uma vez que entende que nas sociedades liberais do Ocidente, o sentido de partilha de uma cultura comum não anula as diferenças religiosas, de valores pessoais, de relações familiares nem mesmo de estilos de vida.

Mais acrescenta que sempre que os Estados multiculturais concederem direitos e poderes de auto-governo às suas minorias nacionais, garantem o desenvolvimento e a manutenção das respectivas culturas societais e, conseqüentemente, reforçam o exercício da autonomia individual e a importância das práticas liberais, pois é a cultura societal que dá aos indivíduos um conjunto de opções e as torna significativas (as minorias do Quebec, da Catalunha, da Flandres, da Escócia e de Porto Rico são exemplos disso).

Will Kymlicka deixa claro que as mudanças no carácter de uma comunidade cultural são mudanças das suas normas, valores e instituições e não implicam mudanças ao nível da história, da língua e da cultura do grupo. Esta distinção é fundamental, pois a diferença no acesso à pertença cultural justifica a existência de direitos especiais. Por fim, *«All it has to say about boundaries is that they are better the more conductive they are to the creation and maintenance of a liberal political order within them³⁰»*.

²⁹ KYMLICKA, Will *Liberalism*, op. cit., pp. 33 (*«se aceitarmos um ou os dois pontos, podemos encarar os direitos das minorias, não como privilégios injustos ou formas detestáveis de discriminação, mas como compensações por desvantagens injustas, portanto, podemos considerá-los consistentes com e até exigidos pela justiça»*)

³⁰ KYMLICKA, Will *Liberalism*, op. cit., pp. 137 (*«Tudo o que há a dizer sobre fronteiras é que elas são melhores quanto mais condutivas são para a criação e manutenção de uma ordem política liberal dentro delas»*)

Conclusão

«We live in a culture of deep scarcity, defined by this: never enough. You can fill in the blanks, never good enough, rich enough, powerful enough, safe enough, certain enough, perfect enough, extraordinary enough, and one of the most least discussed, but probably the most dangerous, not enough»³¹.

O conceito de *scarcity culture*³² apenas torna claro que vivemos numa sociedade em que não existimos se não estivermos a fazer alguma coisa magnífica, em grande, com visibilidade. Existe a ideia que não interessa porque motivo as pessoas sabem o que fazemos, desde que saibam. Este tipo de cultura é alimentado pela vergonha, pela comparação entre pessoas e pelo descompromisso. A contemporaneidade encontra-se, assim, fragmentada por indivíduos perdidos entre tecnologias desconcertantes e momentos multiculturais, que juntam no mesmo espaço e tempo culturas com costumes diversos e, por vezes, contraditórios. Este abalo estrutural acaba por levar o indivíduo a desligar-se do seu papel na construção de uma sociedade assente no bem comum.

Esta ideia de *scarcity culture* vem, assim, de encontro ao individualismo de Taylor e à sociedade assente numa estrutura ideológica de hierarquias e supremacias raciais e étnicas, de Kymlicka. Este individualismo exacerbado por uma visão instrumental da sociedade acaba por passar a ideia que o indivíduo não se identifica com a sociedade contemporânea e ao mesmo tempo fortalece a incapacidade de a transformar, já que o individualismo e a razão instrumental deslocam a decisão para o Outro, desresponsabilizando o indivíduo. Aliás, *«A maior parte da população das sociedades democráticas actuais dá mais importância à sua vida privada. A cidadania privada ou passiva a que a ampla concessão de direitos deu lugar, por oposição a uma cidadania pública ou activa (...) A apatia dos cidadãos resulta de uma ênfase aparentemente exagerada nos direitos sociais, sem se exigir deveres em troca»³³.*

³¹ BROWN, Brené PhD.LMSW, *The Power of Vulnerability – Teachings of Authenticity, Connection & Courage*, Sounds True, Colorado, 2012, dvd 1 – track 3, min. 00.30 – Brené Brown é uma cientista social que estudou shame e blame durante anos e identificou a ideia de never enough como o maior trigger da vergonha. (*«Vivemos numa cultura de profunda carência, definida por nunca ser suficiente. Pode preencher os espaços em branco, nunca suficientemente bom, rico o suficiente, poderoso o suficiente, seguro o suficiente, certo o suficiente, perfeito o suficiente, extraordinário o suficiente e um dos mais discutidos, mas provavelmente o mais perigoso, nunca o suficiente».*)

³² BROWN, Brené PhD.LMSW, *The Power of Vulnerability...*, op. cit., dvd 1 – track 3

³³ PEREIRA, Paula Cristina e BASTOS, Fernando Evangelista “O novo espaço público, cidadania e subjectividade”, in *DÍAZ-MONTIEL, Zulay C. e MÁRQUEZ-FERNÁNDEZ, Álvaro B. Justicia social emancipatoria, democracia ciudadana y crisis del Estado*, Elaleph.com, Argentina 2010, pp 107

Desta feita, parece que estas formas de mal-estar da sociedade contemporânea são sintomas da transformação que está a ocorrer há vários anos, questionando a identidade individual e colectiva, uma vez que «*a identidade não emerge ou não é construída pela identificação com um bem comum, mas surge ameaçada pelos interesses particulares reunidos numa identidade grupal*»³⁴. A globalização provocou profundas mudanças ao nível das identidades locais, aparentemente mais fechadas, transformando-as em identidades mais abertas e plurais. O contacto com a diversidade cultural surge como um choque de crenças que não sabemos ter ou não queremos admitir que as temos³⁵.

O facto de crescermos numa sociedade que ensina a julgar e a temer pessoas de determinadas culturas, com determinadas crenças, hábitos, comportamentos ou imagem, acaba por nos condicionar. Tudo isto está tão enraizado na nossa identidade que acaba por surgir como um comportamento natural, se bem que, com o multiculturalismo, o que era natural transformou-se numa tomada de consciência das crenças negativas que podemos ter em relação ao Outro.

Esta ideia vai de encontro ao que Kymlicka disse sobre os movimentos de luta contra as desigualdades e de defesa das minorias, que surgiram na sociedade moderna. Para ele surgiram para desconstruir esta estrutura ideológica assente na hierarquia e supremacia racial e étnica. O multiculturalismo é apenas um deles. E nem todos os acontecimentos da história da Humanidade nos ensinaram a não cometer os mesmos erros. Continuamos inseridos num ciclo vicioso, porque ainda não percebemos que a ideologia subjacente à nossa sociedade está errada.

E como é que ultrapassamos esta ideologia de julgamento e preconceito? O multiculturalismo surge como uma oportunidade de evolução, no entanto só será verdadeiramente uma oportunidade no momento em que deixarmos de o ver como uma ameaça. Enquanto continuarmos a ver a multiculturalidade como uma ameaça, continuaremos a questionar as culturas diferentes da nossa, criando conflitos com pormenores que não têm qualquer fundamento. Exemplo disso é o facto de o poder político em França querer obrigar as mulheres muçulmanas a deixar de usar o lenço na cabeça. Situação que pode roçar o ridículo, se pensarmos que as mulheres ocidentais já usaram lenços na cabeça, se bem que por motivos estéticos.

³⁴ PEREIRA, Paula Cristina e BASTOS, Fernando Evangelista “*O novo espaço*”, op. cit., pp. 103

³⁵ Por exemplo, algo tão simples como sentar ao lado de alguém no comboio. Por vezes, não nos sentamos ao lado de uma pessoa porque causa em nós um reacção sem sentido motivada pelos juízos de valor que nos foram inculcados ao longo da vida.

O pluralismo cultural existente na sociedade contemporânea está de certa forma a provocar uma tomada de consciência dessa ideologia de supremacia que está subjacente à nossa cultura. Essa tomada de consciência é assustadora, pois põe-nos perante uma situação de ilusão, ou seja, tudo em que acreditamos é uma mentira. A verdade é que para desconstruir algo há que tomar consciência desse algo. Logo, para desconstruir a ideologia de preconceito e julgamento há que tomar consciência dela e da sua inveracidade.

De que forma é que podemos mudar tudo isto? De que forma podemos mudar a sociedade? Começando por tomar consciência destas pequenas e invisíveis crenças que temos em nós e, dessa forma, desconstruí-las de maneira a anulá-las da nossa identidade. É no Eu que se inicia a transformação deste mundo. Como dizia Ghandi, «*Sé a mudança que queres ver no mundo!*».

Como podemos pedir a uma civilização, que está tão individualista, que só pensa em si e que se desresponsabilizou completamente de tudo o que acontece na sociedade, para pensar no bem comum? Primeiro, há que transformar o indivíduo, procurando desenvolver uma maior consciência do papel que cada um tem no bem da sociedade. Afinal, se uma sociedade assentar num pressuposto de cooperação, igualdade, respeito, autenticidade e reconhecimento, cada indivíduo estará mais próximo de se sentir realizado e feliz.

O impulso moral deve ser no sentido do respeito e da aceitação para que todos possam ser autênticos. Taylor diz que todos nós temos que ser autênticos e ser fieis a nós mesmos, pois é da nossa responsabilidade, é assim que iremos contribuir para a auto-realização. O reconhecimento do valor dessa autenticidade vem dos outros. Há que ser autêntico e reconhecer a autenticidade como um valor fundamental numa sociedade harmoniosa e equilibrada. A verdade é que nós não conseguimos definir a nossa identidade sem esse relacionamento com o Outro e respectivo reconhecimento. Por isso, há que conhecer as nossas necessidades e as dos outros, para ser possível respeitá-las e procurar um equilíbrio entre as necessidades do Eu e as necessidades do Outro.

Entre Taylor e Kymlicka há algo comum. Ambos perceberam que o caminho está na aceitação do Eu e do Outro, reconhecendo neles o mesmo direito de aceder ao que lhes é mais autêntico e viver de forma verdadeira. Tudo isto acaba por servir de reflexo na sociedade. O respeito, a autenticidade, o reconhecimento são uma estrada de dois sentidos. Se o Eu respeitar o Outro, o Outro respeitará o Eu. Se o Eu for autêntico com o

Outro, o Outro será autêntico com o Eu. Se o Eu reconhecer valor no Outro, o Outro vai reconhecer valor no Eu. Afinal, sempre que um indivíduo é reconhecido positivamente, sente-se mais capaz de reconhecer positivamente outro indivíduo.

«Uma forma de curar o eu que os que têm estas identidades compartilham é aprender a ver estas identidades colectivas não como fontes de limitação e insulto mas como uma parte valiosa do que elas centralmente são. Porque a ética da autenticidade nos exige que expressemos o que centralmente somos, eles exigem assim o reconhecimento na vida social enquanto mulheres, homossexuais, negros, católicos»³⁶.

Posto isto, entendo que o multiculturalismo é uma ferramenta de promoção de evolução da sociedade contemporânea, sempre que assente numa estrutura intersubjectiva de reconhecimento mútuo. Esta ideia assenta no pensamento de Axel Honneth³⁷, no qual explica que a estrutura intersubjectiva da identidade pessoal positiva a auto-relação através do reconhecimento a três níveis: amor, direito e solidariedade. Honneth parte de Mead e do pressuposto que a consciência dos significados intersubjectivos nascem da auto-consciência humana do efeito das suas acções. Estas três formas de reconhecimento provocam o desenvolvimento de três sentimentos que positivam a inter-relação e a intersubjectividade: (1) a auto-confiança, que nasce do reconhecimento da carência e vulnerabilidade inerente ao ser humano; (2) o auto-respeito, que nasce do reconhecimento do direito a ser visto como igual; e (3) a auto-estima, que nasce do reconhecimento da dignidade de ser pessoa³⁸.

Ser humano, ser igual e ser pessoa são três momentos que entroncam na ideia que a auto-realização do indivíduo depende do reconhecimento externo – ou seja, a ideia de Taylor sobre a autenticidade ser responsabilidade do Eu, se bem que só pode ser reconhecida pelo Outro. Honneth defendia, mesmo, que o reconhecimento interno depende do reconhecimento do Outro, pois este último positivava os sentimentos que poderiam provocar conflitos numa sociedade. Tanto o reconhecimento de Taylor como de Honneth vêm fortalecer a ideia de Kymlicka em que a pertença cultural é fundamental para a identidade individual e colectiva. Assim, é fundamental reconhecer o direito do Outro de pertencer e se expressar de acordo com a sua cultura.

³⁶ APPIAH, K. Anthony “*Identidade, Autenticidade Sobrevivência*” in TAYLOR, Charles *Multiculturalismo*, Instituto Piaget, Lisboa 1994, pp. 177

³⁷ Axel Honneth (Essen, 1949) é um filósofo e sociólogo alemão, que dirige, desde 2001, o Institut für Sozialforschung (Instituto para a Pesquisa Social) da Universidade de Frankfurt, instituição na qual surgiu a chamada Escola de Frankfurt – foi assistente de Jürgen Habermas.

³⁸ HONNETH, Axel “*Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*” Tradução de Luiz Repa, Editora 34, São Paulo 2003, pp. 23 – 275

Bibliografia

Fontes primárias

KYMLICKA, Will *Liberalism, community and culture*, Oxford University Press, New York 1991

KYMLICKA, Will *Multicultural citizenship*, Clarendon Press, Oxford 1995

TAYLOR, Charles *Multiculturalismo*, Instituto Piaget, Lisboa 1994

TAYLOR, Charles *The Ethics of Authenticity*, Harvard University Press, Cambridge 1992

Fontes secundárias

BANKS, James *Educating citizens in a multicultural society*, 2nd ed. Teachers College Press, New York 2007

BROWN, Brené PhD.LMSW, *The Power of Vulnerability – Teachings of Authenticity, Connection & Courage*, Sounds True, Colorado 2012

DUQUE, Olga e DUQUE, João Manuel *Educar para a diferença*, Alcalá, Braga 2005

HONNETH, Axel “*Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*”
Tradução de Luiz Repa, Editora 34, São Paulo 2003

MARQUES, Maria Margarida *Lisboa multicultural*, Fim de Século, Lisboa 2014

PEREIRA, Paula Cristina e BASTOS, Fernando Evangelista “*O novo espaço público, cidadania e subjectividade*”, in DÍAZ-MONTIEL, Zulay C. e MÁRQUEZ-FERNÁNDEZ, Álvaro B. *Justicia social emancipatoria, democracia ciudadana y crisis del Estado*, Elaleph.com, Argentina 2010

RAMOS, Natália “*Diversidade Cultural, educação e comunicação intercultural – políticas e estratégias de promoção do diálogo intercultural*” in Revista Educação em Questão, v. 34, n. 20, Natal 2009

RAMOS, Natália “*Educar para a interculturalidade e cidadania: princípios e desafios*” in ALCOFORADO, Luís *Educação e Formação de Adultos – Políticas, Práticas e Investigação*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra 2011

ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro (org.) *Europa, Cidadania e Multiculturalismo*, Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, Braga 2004

Sitografia:

KYMLICKA, Will *Multiculturalism’s Moral Impulse*, Carnegie Council for Ethics in International Affairs, 2014 <https://www.youtube.com/watch?v=2W689QD849Y>